

Das identidades culturais ao desenvolvimento local (Comunidades Territoriais Transfronteiriças)

Ernesto Candeias Martins

(Docente na Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

Partindo de questões prévias

A intervenção ao nível educativo da comunidade e dos municípios integra-se no marco da análise que podemos fazer das questões da descentralização, da territorialidade, do partenariado, da subsidiariedade, da regulação e eficácia do sistema educativo e, em especial das zonas rurais comparadas com as urbanas, da periferia urbana ou litoral com o interior, etc. Tais questões estão presentes na sociedade actual, envolvendo o poder público autárquico, a administração e o Estado, no conhecimento aprofundado como são elaboradas e executadas as políticas locais (educativas, sociais e culturais e económicas) e a sua articulação com a procura do bem-estar e progresso das comunidades (colaboração).

Nos últimos anos, os municípios tem tido normativas jurídicas ou legislativas, que lhes possibilitam intervir em vários sectores da vida pública, em matéria educativa, dentro do quadro legal de competências, assim como nos apoios financeiros dados à educação.

É neste contexto que, de forma global, os municípios, as autarquias vêm assumindo uma maior intervenção, apesar das diversas desigualdades existentes (zonas rurais e urbanas, assimetrias geográficas regionais, entre freguesias do mesmo concelho), que obrigam a uma certa prudência no papel que desempenham na evolução educativa e cultural.

Todos os presentes reconhecemos da necessidade de uma visão, a médio prazo, num mundo que se transforma e evolui rapidamente. Se aplicarmos a metáfora do filósofo Gaston Berger, teremos: conduzir um automóvel de noite, precisa-se de uns faróis que iluminem bem à distância para irmos a uma velocidade adequada; se está nevoeiro ou chuva mais qualidade necessitamos dessa luz; enquanto que a velocidade de um cavalo ou de uma carroça não precisa mais do que uma de lanterna. Neste mundo

global, em mudança permanente, haverá que estudar o futuro da educação numa perspectiva a médio e longo prazo.

São os jovens, as novas gerações de hoje quem construirão através de valores os seus comportamentos, atitudes e acções para um desempenho cada vez mais exigente em competências e uma maior participação como cidadãos. Por conseguinte, é importante que a escola sensibilize os seus alunos para os desafios fundamentais para o futuro da comunidade/região onde vive, do país, da Europa ou de forma geral da Humanidade e do nosso planeta. As grandes evoluções do território onde vivemos actualmente e nos tempos vindouros provocam transformações nas relações, nos modos de vida e na economia e mercado de trabalho, pelo que é desejável um modo de cooperação comunitária (comunidades territoriais) na articulação entre as instituições, empresas e agentes públicos e privados.

Devemos manter parcerias (protocolos) com fins exclusivamente económicos? Ou devemos de forma sustentável estabelecer parcerias mais alargadas com finalidades sociais, educativas, culturais e mistas nessa perseguição de bem-estar e de formação dos cidadãos a que estão destinados as comunidades territoriais?

Esta é uma das questões que aqui se nos apresenta: é possível a ideia de comunidades territoriais, num modelo de parcerias e cooperação conjunta, em que a sustentabilidade entre os diversos fins relacionados com o desenvolvimento, a formação e o bem-estar no cenário complexo com que se nos depara a sociedade do conhecimento, da informação ou digital, oriunda de uma contemporaneidade em que o horizonte axiológico é nebuloso.

A primeira questão que temos de abordar é sobre os conceitos de 'Identidade' e 'Comunidade territorial' (projecto social)¹. O termo 'identidade' pretende o desenvolvimento de uma consciência subjectiva pelo qual o indivíduo se considera membro de uma colectividade e de uma cultura. Trata-se de um sentido de pertença do 'eu' em situações diferentes no decurso do tempo. É, pois, o vínculo do indivíduo a um património sociocultural concreto, às raízes comunitárias e a um modo de estar no mundo.

Ora bem, tudo isto implica uma educação e aprendizagem da 'CULTURA' (referência) que permita a integração identificativa na comunidade: a aprendizagem da cultura requer tempo e relações dos membros entre si

¹ A 'identidade' (latim 'identitas' significava o carácter de que é o mesmo, característica de que não tem diferenças, nem variantes) no sentido filosófico refere-se ao princípio de identidade 'o que é, é', o 'que não é, não é' (Parménides) e em termos lógicos significa a relação que deve ter os conceitos ou proposições e as condições que deverá cumprir.

na transmissão de cultura. A educação desde a perspectiva antropológica se apresenta com possibilidades formais, não formais e informais, com a instrumentalização da transmissão e identificação cultural das novas gerações.

A revolução tecnológica centralizada na comunicação (Internet, sociedade digital) e na imagem ajuda a essas mudanças, associada à internacionalização da economia, à mundialização cultural e à uniformidade de usos, costumes, valores e formas de vida. Esta dinâmica parece ir contra as identidades culturais.

Actualmente falar e identidade cultural ou identidade nacional ou regional supõe arbitrar os sistemas de convivência no social e, simultaneamente, nas capacidades de assimilação e integração. Já não existem regiões, comunidades ou sociedades fechadas no contexto da internacionalização económica (globalização) e da cultura planetária dos novos 'media'. Haverá que procurar novos sentidos a um velho conceito de 'IDENTIDADE', que deverá ser sinónimo de interacção, de intercâmbio, de abertura, de cooperação e de solidariedade. Por isso, a 'identidade' constrói-se mantendo as antigas fidelidades e abrindo ao exterior (lógica de proximidade comunitária) para promover o desenvolvimento, a inovação e as tecnologias em espaços comunitários definidos geograficamente.

Poderemos propor um enfoque prospectivo de intervenção que envolva todas as entidades e instituições comunitárias, de modo a perseguir os fins desejados, no contexto dos desafios e das mudanças prováveis.

Em suma, devemos reflectir sobre a escassa atenção dada pela comunidade científica e pedagógica à problemática das políticas de desenvolvimento local/regional e das práticas sociais, educativas e culturais ao nível dos municípios ou comunidade territorial que envolva vários municípios. Haverá que aprofundar o papel, as relações e as colaborações das instituições, entidades e agentes comunitários no desenvolvimento e inovação, no mercado de trabalho e das políticas sociais e culturais ao nível local e regional, pois não têm sido objecto de investigações esses indicadores, de modo a dar rumo ao progresso e à identidade das comunidades territoriais locais e transfronteiriças.

1. Cultura e desenvolvimento

Na Cimeira de Salamanca em 2002, com os ministros de cultura da União Europeia, uma das preocupações fundamentais foi a criação de estratégias comuns (nível local e regional) para desenvolver o papel da cultura em cada país ou região. A U.E. atende às oportunidades que oferece

a rede para difundir e apoiar programas e projectos, destacando-se os de índole cultural, pois tomou-se consciência de que o apoio à cultura é o elemento fundamental para o desenvolvimento europeu, desde o fortalecimento da diversidade nacional e regional das culturas dos estados membros, como também da importância do património cultural, artístico e natural comum, principalmente nas regiões ou países de proximidade (Art.º 151).

O significado da palavra 'cultura' é amplo, já que a sua riqueza semântica pode converter-se numa ambiguidade conceptual, minimizando a sua utilidade². Temos noções de cultura tão amplas e tão rígidas se bem que algumas delas valendo pouco. Desde o ponto de vista antropológico, a cultura abarca tudo, desde formas de ser e estar do indivíduo, aos hábitos e costumes de consumo e de se comportar. A cultura integra artes e dimensão popular. Isto é a palavra 'cultura' pode conceber-se como a conexão de 3 significados (produto): cultura no sentido das artes, a cultura como civilidade e vida valiosa (cidadania) e a cultura como sentido e estilo de vida social (os recursos sociais são elementos constitutivos do pensamento humano). Estes elementos são essenciais para a sobrevivência do ser humano como para a sua realização existencial.

A tudo isto temos de acrescentar, hoje em dia, a indústria cultural que tem um papel importante na produção de bens de consumo. Assim compreendemos o porquê da cultura se converter num tema do nosso tempo, integrando-se no processo geral de produção de bens de consumo das populações, evidenciando o valor político daquela.

A conhecida distinção entre formas residuais, dominantes e emergentes de cultura é um bom reflexo do que queremos enfatizar. O 'choque de civilizações', com a influência da cultura na política e na economia, varia segundo períodos temporais. Na actual história global parece que as causas fundamentais de conflitos internacionais são também de teor cultural (religioso, diferenças entre civilizações), já que o desenvolvimento político e económico está enraizado nessas diferenças culturais.

A cultura e as identidades culturais estão a modelar os padrões de coesão, de desintegração e conflito no mundo actual. Creemos que neste começo de milénio a política local é a **política da etnicidade**, tornando-se a política global na política das civilizações.

² O conceito de cultura significava no latim 'cultivo' (aplicado depois à agricultura e ao culto), tendo sido utilizado em várias línguas, por exemplo: na alemã (século XVIII) significava os factos intelectuais, artísticos e religiosos; na francesa significava os ideais e metas materiais e espirituais do homem e dos grupos sociais (equivalente à civilização); e na inglesa significava os valores culturais da arte, da filosofia e da religião. Numa visão integrada, sabemos que há naquele conceito um sentido social.

Não é este o lugar mais propício para fazermos a análise dos conceitos de 'cultura' e de 'civilização', mas, em síntese, diremos que a **cultura** se associa aos seguintes significados:

- À forma e ao estilo de vida de uma população; o desenvolvimento da civilidade e o legado de uma população.
- Ao aperfeiçoamento individual;
- À instrução/educação recebida por uma pessoa (percurso educativo);
- Às ideias e aos valores tradicionais, ao conjunto de produtos da cultura e ao cultivo dos objectos naturais;
- A um padrão de significados transmitidos historicamente;
- À mentalidade colectiva (massas ou de elite);
- Aos diversos âmbitos susceptíveis de serem cultivados (cultura física, intelectual, moral, especializada, técnica, artística, científica, espiritual, etc.);
- Ao sistema de símbolos e significados próprios de cada cultura; etc.

Em relação, ao conceito de 'civilização', significa:

- O conjunto de costumes moderados (civilidade e urbanidade) próprios do homem urbano, em contraposição aos costumes rústicos;
- A fase histórica que reflecte o desenvolvimento superior em relação com o progresso e o desenvolvimento social das populações;
- A entidade cultural mais ampla do grupo humano que integra tanto o sentido material da realização, como o sentido técnico e espiritual;
- O conceito sinónimo de cultura no sentido etnográfico mais amplo que integra o conhecimento, as crenças, a arte, os costumes, as leis, a moral e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem;
- A associação humana mais perdurável que tem continuidade histórica através das mudanças políticas, sociais, económicas e ideológicas;
- O sinónimo de 'civilização universal' (confluência da humanidade num conjunto de valores, crenças e práticas) e de 'civilização mundial', entendida esta como um conjunto de pautas de consumo e de cultura popular (ocidental) – 'civilização globalizada'.

Nesta referência aos dois conceitos indicados está ainda o conceito de educação que adopta a forma de uma ferramenta cultural, que serve para formar pessoas, cidadãos que podem e devem melhorar o progresso material e espiritual de uma sociedade.

Reconhecemos que a educação e a cultura não são só dois âmbitos da realidade susceptíveis de serem administrados (local, comunitário ou

regional), são duas criações humanas independentes com especial significado para a formação de especialistas, pois, quando a educação se converte numa tarefa de todos, teremos que falar de mudança cultural, que hoje em dia é gerida com certa profissionalidade. Por isso, a cultura, a educação, a civilização e a 'gestão cultural' são termos que na nossa sociedade têm um vínculo pedagógico e social e, até, político.

Neste sentido do que foi dito anteriormente, uma região transfronteiriça apresenta uma diversidade tipológica de oferta cultural que se associa à sua pertença local e relevância na sua gestão. A pertença e a relevância orientam os programas de actividades que compõem a oferta dessa região, no princípio da eficácia à produção e gestão e na eficiência da adequação da oferta à demanda. Daí que são fundamentais os indicadores da:

- Visibilidade da oferta cultural promovida;
- Rentabilidade institucional dessa oferta programada;
- Fidelização dos sectores sociais à oferta cultural publicitada

Por isso, o vínculo ao desenvolvimento de procedimentos, de organização de conteúdos, de coordenação de recursos e a territorialização das tarefas (programas, instrumentos, actividades) são primordiais na divulgação e promoção da vertente cultural de uma região ou comunidade (diversidade da oferta cultural).

É possível pensar globalmente e actuar localmente. É neste princípio que devemos pensar o desenvolvimento e a inovação, tendo em conta o conjunto de políticas culturais, com estratégias de 'glocalização', que vão ao encontro das (novas) necessidades de ócio, de recreio e de cultura dos quais as pessoas dispõem hoje em dia.

Actualmente vemos que o crescimento das **idades** não responde às premissas de algumas décadas atrás. As cidades e as aldeias ou populações estão chamadas a exercer um novo protagonismo (aldeia global, metrópole individualizada de aprendizagem, ou simplesmente, cidades educativas e/ou aldeias educativas), constituindo-se, assim, em:

- Centros territoriais de dinamismo económico, tecnológico e empresarial (sistema global);
- Centros de inovação cultural, de criação de símbolos e de investigação, de processos estrategicamente decisivos para o IDT (inovação, desenvolvimento e tecnologia);
- Centros de poder político, centros de decisão;
- Centros de conexão de sistema mundial de comunicação – TIC, sistemas de comunicação estruturada e de sistemas de informação e dos grupos sociais concentrados em nós próprios.

A relação entre a 'cultura' e a 'cidade/aldeia' (educativas) reforçam a necessidade de territorialização educativa, a oferta cultural, patrimonial e ambiental, desde a qualidade, a eficácia e a eficiência organizativa, o que implica coordenar e distribuir tarefas, actividades e recursos.

2. O sentido da cooperação comunitária

No âmbito da sociologia do cooperativismo há uma série de tipologias aplicadas ao nível comunitário, que historicamente têm evoluído ou adaptado às mudanças da sociedade e da economia. Pondo de lado o intervencionismo público e privado nas empresas e entidades de tipo cooperativo, encontramos uma heterogeneidade desta perspectiva, que configura 'imaginários sociais diferentes' (conjunto de coordenadas), tais como:

- Cooperativismo com uma visão religiosa e ideológica: sociologismo utópico de Fourier, Owen; catolicismo e cooperativismo agrário; os 'kibutz' em Israel; o protestantismo e as comunidades de 'Menonita', 'Hutterites', etc.
- Cooperativismo como instrumento de um regime, como fórmula empresarial em redes de controlo social, político e ideológico: empresas colectivas na antiga URSS, as comunas na China, em Cuba, na Nicarágua, Argélia e Venezuela; no âmbito industrial, a auto-gestão da antiga Jugoslávia; cooperativismo nacionalista, etc.
- Cooperativismo de desenvolvimento endógeno e de acção colectiva que se apoia em factores estruturais e conjunturais, ao nível territorial, histórico, cultural, demográfico, etc.), como fórmula cooperativa de dar respostas a muitos problemas locais.
- Cooperativismo e desenvolvimento territorial (industrial e comercial) com a criação de cooperativas e de escolas profissionais abertas à formação profissional e social, acções de formação (reciclagem, actualização e aquisição de novas competências). Trata-se de um Projecto comum para se enfrentar a problemas comuns, devido às impossibilidades financeiras, de modo a facilitar o desenvolvimento comunitário, promoção de projectos cooperativos de investimento, com uma gestão e administração responsáveis e com o apoio das autarquias.
- Cooperativismo e desenvolvimento rural: cooperativas ao nível local e regional, com actividades industriais, comerciais e de serviços e num marco sócio-geográfico definido.

O 'imaginário empresarial' existente no mercado, que é descentralizado, permite a liberdade para escolher e decidir, utilizando conhecimentos relevantes e recursos de mais valia (propriedades intelectuais ao nível empresarial). Pretende-se uma imagem de cooperação forte de mercado (por exemplo, os produtores de agro-pecuária na Dinamarca e Alemanha), com um exercício comercial e industrial adaptado às exigências de competitividade. Haverá, pois, que evitar uma imagem de cooperação débil (mercado), por exemplo o sector têxtil em que a descentralização produtiva e a industrialização difusa constituem estratégias para a produção ou, ainda, as condições precárias, financeiras e estruturais de muitas empresas.

É possível estabelecer um esquema teórico compreensivo acerca da diversidade territorial, comunitária, apoiando-nos na cooperação transfronteiriça, e na promoção de unidades económicas comunitárias. Os habitantes, no âmbito socio-económico, têm umas regras e normas públicas (ordem social) e os agentes locais e regionais (com influência) constituem a realidade social, com um sistema de prioridades e crenças em acção. É isto, que designamos 'imaginário social', em que o cooperativismo constitui uma explicação da ordem social na acção dos actores e agentes (realidade social).

O imaginário social da cooperação e participação assenta mais no **contexto** (comunidade territorial e as condições territoriais e culturais com um desenvolvimento organizativo que ultrapassa os limites espaço-geográfico, com identidade e líderes sociais de diversos âmbitos) e **empresarial** (dinâmica de mercado, oportunidades de desenvolvimento empresarial e profissional, formação de directivos e profissionais, movimento cooperativo por sectores fundamentais).

O modelo de '**Comunidades Territoriais**' transfronteiriças pode ser atractivo para estudos empíricos visando melhor compreensão da realidade territorial circunscrita. A legitimidade e a visibilidade são pontos fulcrais de ordem sociais/cooperativos (valores/cooperação: igualdade, auto-ajuda, solidariedade, democracia, transparência, equidade, responsabilidade social interna), assim como, os princípios (abertura, autonomia, gestão democrática, interesse, educação/formação). As forças de ajustamento estão na dimensão temporal e decisória perante as necessidades socio-económicas, destacando a doutrina comunitária, o contexto cultural, o mercado, o controlo/gestão e a intervenção.

Por conseguinte, o desenvolvimento comunitário terá uma visão do processo e das problemáticas do desenvolvimento e inovação, desde a perspectiva espacial, numa acção global de todos os actores e agentes da comunidade ou região.

3. A evolução social e os desafios

Um dos desafios que se apresenta hoje é a aceleração do progresso científico e tecnológico, no seio da sociedade do conhecimento, em que vivemos. Conhecemos realmente a importância dos desafios e das mudanças?

Um dos primeiros aspectos de reflexão é de índole ético, pois como afirmava Rabelais (século XVI) '*a ciência sem consciência não é mais que a ruína da alma*'. É evidente que as recentes descobertas científicas, o desenvolvimento, o progresso e a inovação estão cheios de dúvidas, principalmente as relacionadas com o cérebro ou a clonagem, que exigem respeito às regras deontológicas estabelecidas em prol do homem. Daí que a escola deverá reflectir sobre os fins do progresso científico e tecnológico.

Por outro lado, a aceleração das mudanças apresenta o problema da capacidade de adaptação e integração dos indivíduos. A escola deverá manter uma postura mental de aceitação das mudanças como dado normal na vida e, além disso, questionar-se continuamente pelo aprendido. Claro está que isto é mais difícil para os não jovens, pois há colectivos mais susceptíveis de sofrer segregação e exclusão social, como vítimas das mudanças e do progresso. Daí o surgimento do analfabetismo funcional e digital que afectam uma percentagem elevada da população activa do país. É neste contexto que surge a questão do 'aprender a aprender' (E. Faure), da formação permanente (contínua), do 'aprender ao longo da vida' ou da reciclagem dos professores e dos profissionais de qualquer sector produtivo ou de serviços.

Não deverá estar ao 'dia' a escola? Já que ela parece estar sempre em atraso temporal (são um bom exemplo as reformas educativas) às ondas de ventos de mudança, progresso e desenvolvimento da sociedade. A confirmar esta nossa afirmação, está o quadro cada vez maior de competências que exigem o tecido empresarial e o mercado de trabalho.

Um outro desafio e que implica estratégia de parcerias e colaborações é o da emergência da aldeia global planetária (McLuhan) e a globalização, que suscitem reivindicações culturais, sustentabilidade e protecção do meio ambiente, justiça social e ambiental e, ainda, reacções comunitárias, regionais e nacionais. Trata-se de converter a 'competência' em finalidade e não em instrumento, ou à preferência dada ao vínculo do preço (no mercado) que ao preço do vínculo (social) que provocam as reacções xenófobas, racistas, integralistas ou de discriminação (étnica). A globalização parece favorecer situações de fragmentação sendo geradora de conflitos.

É neste sentido que à escola cabe preparar os jovens para viverem num mundo planetário supranacional, na mobilidade e compreensão

intercultural e, principalmente, em consciencializar os futuros cidadãos para esses perigos do individualismo e utilitarismo sem limites (Colom, 1997).

Um terceiro desafio é o das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O desenvolvimento dos meios de comunicação (por cabo e satélite), ciberespaços, os videojogos e a Internet vão pouco a pouco fazendo das nossas comunidades, comunidades digitais, com alterações na concepção do espaço e do tempo e de separação entre o 'real' e o 'virtual'. Apreciamos, deste modo, a emergência de uma nova civilização, marcada por um nomadismo virtual. Muitos jovens já não distinguem entre reportagens jornalísticas e filmes de ficção, pois a comunicação, principalmente a Internet, derruba as fronteiras e as distâncias. O instantâneo comunicacional é acompanhado por um tropismo generalizado, pois a informação instantânea prima sobre o conhecimento. Cabe à escola usar essas novas tecnologias e educar convenientemente a sua utilização e, paralelamente ter em conta as novas possibilidades de aprendizagem abertas pelos TIC. Mais que promover a competência entre escola e meios de comunicação, convém desenvolver uma complementaridade (parceria).

Um quarto desafio é o do crescimento das desigualdades entre os estratos populacionais (fracturas sociais), provocado pela racionalização de custos e de mão-de-obra, pela competitividade, pelo crescimento económico, etc. Este processo deixa pelo caminho muitos excluídos e marginalizados. A consciencialização do custo humano do crescimento é cada vez mais necessário, chegando alguns países a desenvolver um dualismo social, com indivíduos mais desfavorecidos, segundo se debilitam as redes tradicionais de solidariedade. Na verdade, a escola deverá preparar os indivíduos para as competências económicas e de mercado, desenvolver o espírito de iniciativa e promover uma atitude de cooperação e solidariedade (Tourifian, 1999).

Por tudo o que dissemos, ressalta a seguinte questão: quais as expectativas em relação à escola? É pelas parcerias com as outras entidades que poderá responder aos desafios e às mudanças?

As frequentes críticas feitas à escola, desde a década de 70, do século passado, pelo movimento da desescolarização (I. Illich, Holt, Goodman), as rectificações e reajustes que sofreu, não impediu que nela se vinculem expectativas cada vez maiores. A decadência de outras instituições de socialização (por exemplo, a família) obriga-nos a ter essa expectativa. A evolução económica e tecnológica e as modas de 'management' (pós-taylorismo) exigem níveis elevados de competências e capacidades, principalmente de uma cultura geral, para poder adaptar-se, reciclar-se e aprender ao longo da vida. Na sociedade do conhecimento, o nível geral de formação vai aumentando cada vez mais.

Na verdade, em muitos países, ditos industrializados e ricos, há um consenso que assenta em quatro funções fundamentais da escola e na sua relação com a comunidade (Michel, 2002):

- Transmissão dos conhecimentos e de uma cultura.
- Desenvolvimento da personalidade das crianças e alunos, através da educação pelos valores morais e éticos e da cidadania.
- Preparação ou formação para uma vida profissional (mobilidade, diversidade formativa e intercultural) e não num trabalho específico.
- Contribuição à igualdade de oportunidades (objectivo e equidade).

A importância concedida a cada uma destas finalidades da escola varia segundo os indivíduos e em determinadas ocasiões proporciona intensos debates. De facto, essas finalidades não são tanto competitivas, como complementares, já que as qualidades para ser um cidadão activo, não são as mesmas que se exigem na situação profissional.

Por outro lado deve-se reduzir o insucesso escolar, pois a titulação e a certificação de competências são cada vez mais necessários. Os custos do insucesso escolar são enormes, porque as consequências que provocam são significativas (desemprego, delinquência, exclusão social, pobreza, analfabetismo funcional, passivismo, etc.). Daí a atenção dobrada da escola a este fenómeno, tal como na implementação e diversificação de actividades pedagógicas com a intenção de desenvolver a motivação/interesse em cada aluno, para aprender e reaprender ao longo da vida

Como utilizar as TIC para incrementar a eficácia da escola?

Não bastará equipar as salas de aula e as escolas com computadores à Internet (mesmo que por vezes não haja ligação) para aumentar as competências nos alunos. É que a eficácia de uma organização ou instituição depende da competência de todos os seus actores. Por isso, haverá que estabelecer a 'bagagem mínima' de 'saberes', do 'saber fazer', do 'saber ser' e 'saber comunicar' para a devida incorporação no mercado de trabalho.

4. A aposta no desenvolvimento local

Teremos de ter a capacidade de propor a afirmação das culturas locais em redes de trocas de conhecimento, que devem ser suportadas pelas instituições culturais e instituições educativas que por sua vez as devem estruturar e fundamentar.

Vivemos num mundo que se nos afigura globalizado, quase sempre só em função da velocidade de transmissão de dados de informação financeira e social. Os meios de comunicação de dados permitem fazer rodar

os capitais a velocidades cada vez maiores. Tudo faz que pensemos erradamente que a actuação de cada um de nós deve ser global, desprezando o 'local' (comunidade), onde tudo existe e onde se pode fazer mais e melhor, porque sabemos com maior rigor e certeza o que nele/a existe.

De facto, se a actividade de cada um de nós deve ser pensada globalmente, deve também concretizar-se em actuações locais, que mostrem a sua adequação ao 'real' concreto das comunidades, sejam elas nacionais, transfronteiriças ou comunidades territoriais. É aqui que devemos fazer as nossas intervenções, já que é onde vivemos habitualmente, onde se produzem bens e serviços e onde consumimos. Vale isto porque nos inserimos numa Cadeia de Valor local. Se esta for global, não pode deixar de ter ganhos e implicações locais, haverá que aproveitar as forças, os recursos, as instituições, as empresas, etc. que radicam ao nível local.

São estas ocasiões de ganho que não podem deixar de ser usadas. Porquê? A vida é feita em algum lugar e esta lógica de aproximação levamos a intervir, conjuntamente, para que o futuro aconteça melhor e de forma partilhada, ao nível cultural e social e, simultaneamente, ao nível comercial – vector do desenvolvimento.

Sou optimista na defesa de estratégias competitivas apoiada na localização das empresas, na divulgação de uma cultura que cada vez é mais uma partilha de costumes, tradições e línguas ao nível territorial, regional ou comunitário.

Teremos de reflectir no conceito de competitividade e de competição num espaço, num território ou comunidade/região. Trata-se de um **espaço** definido geograficamente, onde há uma **cultura própria**, um conjunto de empresas e instituições organizadas que devem unir-se em **cluster** ou aglomerado (criação da comunidade territorial), que tenha na **localização** um processo de cooperação e de competição, de mobilidade e parcerias, criando vantagens competitivas de cada um e de todos.

Estou convicto de que é na criação de comunidades locais e regionais que irão surgir as vantagens competitivas, alicerçadas e potencializadas pelas respectivas autoridades locais (autarquias/municípios, juntas de freguesia), pelas instituições sociais e culturais e pela acção das organizações empresariais, que podemos estruturar as actuações empresariais competitivas. As vantagens locais destas comunidades assentes em parcerias estabelecidas, são o ponto de partida para a conquista de mercados num mundo global e par uma melhor formação cidadã. É, por isso, que estas são estratégias vencedoras, com base em opções excludentes de uma qualquer diversificação excessiva de empresas, já que desta forma só se dispersam as forças locais que aí existem em quantidade sempre diminuta e muito limitada no seu âmbito (**economia local**).

Sabemos que algumas empresas conseguem competir com actuações próprias, fugindo ao embate com as grandes empresas dos sectores em que competem, aproveitando 'nichos' não aproveitados nas estratégias das grandes empresas. É aí onde se devem desenvolver as inovações (associadas à inclusão das tecnologias e à formação profissional, criando 'mais valias') em que não são acompanhadas pelas outras empresas, apostando na diferença.

Por outro lado, as empresas globais têm sempre uma localização competitiva e é aí associada a um **cluster** (aglomerado territorial específico (sector), definido geograficamente. É por isso localizado numa região transfronteiriça, onde ganham e obtêm forças para competir, solidamente, num mundo global. Para que isto aconteça, é necessário, a meu ver, que as empresas construam estratégias de globalização, com os pés bem assentes numa localização dada (esta região transfronteiriça) para que consiga, não só ao nível cultural, como principalmente ao nível económico e empresarial, actividades produtivas, socialmente mais vantajosas para todos nós (portugueses/espanhóis).

A dispersão e a consequente deslocalização de uma qualquer e primitiva localização (cultural, económica), tendem a diluir as suas forças e a fazerem a erosão das vantagens competitivas, prejudicando as capacidades de competir. São atitudes de prudência que devem estruturar o processo de definição de estratégias empresariais. Isso permite antever que as empresas locais têm sempre algumas vantagens em relação às empresas globais.

Nesta definição de comunidade é preciso definir bem o 'local' e o âmbito 'global' em que se quer competir. É preciso posicionar bem as actividades e os recursos. Temos, assim, a aposta numa localização e nas vantagens competitivas territoriais que podem defender os 'clusters' ou aglomerados, onde as diversas empresas locais podem estruturar as suas relações com os fornecedores e clientes. Aí, é com base na qualidade, na qualificação e no 'marketing cultural' onde se ganham a satisfação de uma clientela exigente e a ligação estreita com os fornecedores, que é possível ganhar uma consistente capacidade competitiva para vencer num mundo global, em que a informação impregna e valoriza a cadeia de valor, alterando as logísticas de entrada e saída, dando-lhe maior racionalidade.

É, assim, que se tornam importantes a **educação** e a **cultura** como modos de entender, fruir e competir um mundo global, onde o acesso à informação as mudou parcialmente. A realidade física/geográfica continua a ser um estrangulamento ou uma vantagem. Tudo depende da forma como nos relacionamos com a comunidade local para a tornar uma vantagem competitiva. É esta vantagem de dominarmos as comunidades locais, como lugares de uma cultura específica e de uma ecologia própria onde nos

inserirmos, que moldam o nosso carácter e a fisiologia como produtores e consumidores. Estas comunidades locais transfronteiriças, através das ajudas e das acessibilidades podem radicalizar das pessoas que nelas vivem.

Creio que estas **comunidades locais** a que pertencemos são um valor não só de intercâmbio, de mobilidade de bens e produtos, mas também um valor a preservar na criação de vantagens competitivas, onde a boa organização (seja ambiental, cultural, empresarial) poderá beneficiar as populações limítrofes destas regiões vizinhas transfronteiriças. As desvantagens podem transformarem-se em vantagens. Para tal necessitamos de uma atitude positiva, que entenda a criação de novas estratégias de competitividade como modo de enfrentar os problemas.

A eficácia operativa constrói-se com base num conjunto de técnicas de gestão, de programas/projectos (nível cultural, empresarial, ambiental, etc.) que assenta na gestão da qualidade, mesmo sabendo que pode não ser uma vantagem competitiva durável. Por isso, as vantagens competitivas locais/territoriais a que me refiro só podem vir das **'inovações'** (implica desenvolvimento), da introdução das novas tecnologias (implica progresso tecnológico) e das respectivas opções excludentes. São estas que alteram o rumo da empresa e da região, tirando-a de uma competição em que faz sucessivas racionalizações, mas em que não cria um valor bem diferente para que fique ao abrigo de uma qualquer racionalização de uma empresa ou região concorrente. As opções excludentes são, assim, a escolha de caminhos produtivos em que não têm competidores.

É preciso inovar e fazer opções estratégicas claras e excludentes de quaisquer outras formas de competição. O posicionamento estratégico num mercado global, numa cultura global é, por isso, essencial. Toda a competitividade resulta de uma localização estratégica assente em ganhos de sinergias obtidas através de um **aglomerado** (comunidade), baseada na inovação, na qualificação e formação dos seus profissionais, que crie barreiras à entrada a novos concorrentes.

Esta ideia tem os seus riscos, mas tem o aliciante e a determinação de valorização dos recursos locais, comunitários e regionais, que podem ser desde as infra-estruturas, aos conhecimentos, ao clima e ambiente, às matérias-primas, ao intercâmbio cultural e desportivo e às vantagens estratégicas decorrentes de uma determinada posição transfronteiriça estratégica junto ao Tejo, junto a uma cultura partilhada e a um intercâmbio de produtos de ambos os lados das regiões. Que as medidas de requalificação assente em empregos, rendimentos e riqueza, tragam valor a esta zona transfronteiriça e a projectem como um 'local' de criação de sinergias.

Devemos defender e desenvolver a cultura transfronteiriça. Neste campo da cultura haverá que criar uma política de acessibilidades culturais e recreativas (projectos, programas), em rede permitindo a comunicação transfronteiriça inserida nas potencialidades que dá a sociedade da informação e da comunicação (sociedade digital).

Trata-se de desenvolver mecanismos sociais de divulgação cultural e a sua facilitação de uso, apoiando-se nas pessoas com mais dificuldades nessas zonas. De facto, o desenvolvimento social (urbano) de uma região/comunidade transfronteiriça deve estruturar as ligações entre os diversos pólos sociais. A função da informação é de criar e reintroduzir no sistema social comunitário as ideias que estruturam projectos viáveis de desenvolvimento local.

Algumas sugestões finais

A estrutura regional ou a estrutura das comunidades locais necessitam da ligação entre todos os diversos actores e agentes, revestindo-se das qualidades da organização aprendente, que incluía a co-produção de dois valores: o do bem-estar das populações ou da prestação de serviços (incluindo o serviço público), como produtos e, ainda, um maior conhecimento acerca desses produtos/recursos. Que as pretendidas comunidades territoriais se convertam em todos os sentidos e âmbitos (ajuda dos poderes locais, das instituições sociais e educativas e das pessoas) numa **'organização aprendente e apreendente'**, integrada nos desafios da inovação, do desenvolvimento e da utilização das tecnologias, de modo a que se estruturam as aprendizagens organizacionais (rede).

As autarquias têm um papel preponderante face aos processos de: globalização versus descentralização, como instrumentos de participação, com planos comunitários (metodologia integrada e participativa), com estratégias formativas pensando no emprego e nas pessoas, no desenvolvimento económico e social e com intervenção directa na economia local/regional.

Em suma, distinguimos quatro enfoques complementares de uma prospectiva da educação:

- Um enfoque de análise às micro inovações na área educativa e formativa (comunidade local) e dos elementos possibilitadores de gerar potencialidades de futuro, isto é, factores que impliquem mudanças no funcionamento e no meio envolvente à escola.
- Um enfoque global (macro perspectiva) das interacções dinâmicas possíveis entre a evolução demográfica, técnica, económica, social,

cultural e geopolítica e, ainda, as respostas possíveis e desejáveis em oferta educativa e formativa.

- Um enfoque em termos de argumentos parecido a um centro para a investigação e inovação no ensino e no desenvolvimento empresarial.
- Um enfoque analítico às possíveis estratégias de comportamento e de pilotagem das mudanças, principalmente nas vias e ritmos possíveis e de procura de um nível sustentável de descentralização das responsabilidades, que permita a conciliação do dinamismo, da eficácia, da coerência e equidade.

É desta maneira que se devem criar sinergias, nas regiões e comunidades territoriais, como uma necessidade premente, para impedir o esvaziamento dos recursos, a desertificação populacional e ambiental de muitas das nossas regiões interiores Partindo da análise histórica e cultural, entre as regiões, comunidades limítrofes, de modo a superar os equívocos ou as diferenças, gerados pela incompreensão da forma como se fez ou faz o processo de desenvolvimento e inovação, para tornar mais clara a discussão das relações entre os diversos lugares ou comunidades, há que contabilizar os diversos pontos em comum, de encontro nos diversos sectores, dos que podem ser as estratégias das mudanças e do intercâmbio.

Devem-se operacionalizar as ideias de desenvolvimento e combater alguns obstáculos a esta concretização. A estratégia assenta não só nas parcerias, na construção e melhoria das vias estruturantes, que unificam as estratégias dos seus agentes sociais e culturais, mas, fundamentalmente, nas atitudes locais regionais, na defesa e desenvolvimento da cultura de uma região ou comunidade concreta, incluindo a criação de redes de comunicação propícias ao progresso e ao bem-estar das populações beneficiadas.

Bibliografia

- BECK, U. (1998). *Qué es la globalización ? falácias del globalismo, respuestas a la globalización*. B. Aires: Paidós.
- BORJA, J. y CASTELLS, M. (1999). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. (3.ª ed.). Madrid: Taurus
- BRUNI, L. (coord. (1999). *Economía de comunión. Por una cultura económica centrada en la persona*. Madrid: Ciudad Nueva Madrid.
- CANÁRIO, M.ª Beatriz B. (1999). 'Parcerias educativas e relação escola/comunidade'. *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 52, pp. 42-44.
- COLOM, A. J. (1997). 'La regionalización de la educación como tecnología cognitiva virtual'. *Revista de Teoría de la Educación*, 9, pp. 7-19.
- HUSÉN, T. (1979). *The school in question*. N. York: Oxford University Press.
- MATTELART, A. (1998). *La mundialización de la comunicación*. B. Aires: Paidós.
- MICHEL, A. (2002). 'Una visión prospectiva de la educación: retos, objetivos y modalidades'. *Revista de Educación (Número Extraordinario)*, pp. 13-23.
- MORALES GUTIÉRREZ, A. C. (2002). 'El imaginario social de la participación y el modelo cooperativo como arquetipo empresarial tipo 'O''. *Revista del CIRIEC*, n. 40 (Abril), pp. 43-72.
- MORALES GUTIÉRREZ, A. C.; CHAVES, R. y MONZÓN CAMPOS (ed.s) (2004). *Análisis económico de la empresa autogestionada*. Valência: CIRIEC-España.
- PINTOS, J. L. (1995). *Los imaginarios sociales. La nueva construcción de la realidad social*. Madrid: Sal Terrae.
- RODRÍGUEZ, Leopoldo J. C. (2000). 'Educación y Desarrollo'. *Revista de Educación*, n.º 322, pp. 211-246.
- RODRIGUEZ NEIRA, T. (1997). 'La escuela del futuro: situaciones y programas'. *Aula Abierta*, 70, pp. 3-25.
- TORRE GARCÍA, A. De la y CONDE VIÉITEZ, J. (1998). *El desafío del cambio tecnológico. Hacia una nueva organización del trabajo*. Madrid: Tecnos.
- TOURINÁN, J. M. (1999). 'Globalización, desarrollo y políticas regionales de IDT'. In *Seminário Internacional sobre Cooperación al Desarrollo*. Murcia: Caja de Murcia.'39.